

Reestruturação da temporalidade laboral a partir do discurso dos trabalhadores do turismo

Cássio Adriano Braz de Aquino¹

Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará

O artigo discute as evidências da configuração da temporalidade na percepção dos trabalhadores do turismo, tomando como elemento mais relevante dessa escolha o fato de o trabalho desses profissionais ocorrer no tempo liberado dos trabalhadores tradicionais. A investigação, de base qualitativa, foi realizada com profissionais que atuavam em atividades de lazer e foi composta por 12 entrevistas nas quais foram abordadas questões relativas ao vínculo laboral e à relação com a vivência de uma temporalidade “atípica” ante o modelo de temporalidade estável que prevaleceu na sociedade industrial. Os resultados indicam que a reconfiguração da estrutura temporal, tomada como uma tendência generalizada e que extrapola esse setor específico da economia, tem impacto no ordenamento social, mas não minimiza a prevalência do trabalho como atividade central em tal organização.

Palavras-chave: Tempo, Trabalho, Turismo.

Restructuring of labor temporality from the discourse of tourism workers

The article refers to the evidences of tourism workers' perception of temporality, taking as the most important element the fact that these professionals working hours occurs mainly during normal office workers' free time. The study has a qualitative basis, supported by 12 interviews, held with professionals from the leisure industry. These interviews included questions related to their involvement with the work and the experience of an 'atypical' temporality compared to the pattern of stable temporality that prevailed in the industrial society. The results indicate that the reconfiguration of this temporal structure, taken as a trend, goes beyond this specific sector of the economy, has an impact on social order, but does not compromise the role of work as a central activity.

Keywords: Time, Work, Tourism.

Situando o problema da temporalidade laboral

As profundas transformações operadas na sociedade atual, associadas à complexificação da categoria trabalho, permitem uma profusão de análises do contexto contemporâneo difíceis de serem delimitadas. Essa sensação de “universo em expansão”, que constitui o cenário para atuação dos pesquisadores, acaba por demandar compreensões muito pontuais da realidade. O artigo aqui apresentado situa-se como uma proposta de recorte para entender a configuração do trabalho nos dias de hoje, tendo as transformações da relação “tempo x trabalho” como eixo articulador. Fundamenta-se em uma pesquisa de doutorado concluída em 2003 com desdobramentos em projetos desenvolvidos entre 2005 e 2007.

Centrado no propósito de analisar as mudanças operadas no trabalho a partir da temporalidade laboral, nossa investigação tentou refletir sobre a premissa, defendida por alguns autores das teorias dos tempos sociais (Gasparini, 1994; Pronovost, 1996; Sue, 1995), de que estaríamos vivenciando uma alteração do domínio do tempo de trabalho na estruturação dos quadros temporais² das sociedades contemporâneas. As teorias dos tempos sociais ressaltam

¹ Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Doutor em psicologia social pela Universidad Complutense de Madrid.

² A noção de quadros temporais é tratada aqui como a organização do tempo dedicado às diferentes atividades sociais de cada sujeito ao longo de uma unidade de tempo pré-definida, a saber, jornada diária, semanal, mensal, anual ou relativa à própria dimensão da vida. A organização dos quadros temporais ressalta o predomínio de uma atividade social que deverá reger a

que, dentro de uma análise de evolução histórica, seria possível compreender o domínio de uma atividade social e da temporalidade a ela atrelada nas distintas etapas de configuração da sociedade. Esse domínio pode ser evidenciado, de forma simplificada, com o tempo sagrado nas sociedades mais primitivas, o tempo religioso nas sociedades do medievo e o tempo do trabalho a partir da modernidade (Sue, 1995). Para Sue (1995), inclusive, estaríamos passando por uma reestruturação desse ordenamento do tempo da sociedade, com a paulatina perda do domínio do trabalho como principal articulador dos quadros temporais da sociedade contemporânea.

Um estudo mais detido sobre a própria compreensão do tempo como “categoria de síntese complexa” (Elias, 1997) coloca-nos diante de um incômodo em compartilhar esse pensamento relativo à perda de domínio do trabalho de forma acrítica, uma vez que, assim como o trabalho, a própria concepção do tempo sofre o efeito da transformação histórica e social. Tendo essa ideia como ponto de partida, nosso propósito foi o de buscar evidências que nos aproximassem da realidade e permitissem uma análise mais detida do impacto na organização dos quadros temporais promovidas pelas transformações, que são visíveis, na relação “tempo x trabalho”. Para efeito de análise, privilegiamos o setor de turismo como ícone dessa mudança, já que ele teve sua estruturação temporal ancorada em uma temporalidade distinta daquela referenciada como modelo ao longo do século XX, a saber, a temporalidade industrial.

A articulação das duas categorias centrais de nossa investigação, tempo e trabalho, é analisada aqui a partir da teoria dos tempos sociais (Gasparini, 1996; Pronovost, 1996; Sue, 1995). A teoria dos tempos sociais adota a compreensão de que, após a revolução industrial, inserimo-nos em um período histórico marcado pelo predomínio do trabalho como atividade fundamental da ordem social e que tem, na representação da sua temporalidade, a referência de estruturação dos quadros temporais que compõem a organização da vida social.

A teoria dos tempos sociais, que serve de base à nossa investigação, aponta para diferentes atividades em distintos momentos históricos, exercendo o papel de estruturantes da temporalidade social. Essa concepção, para explicar de maneira simplificada, ressalta que o trabalho – que foi, ao longo dos últimos duzentos anos, a atividade social que organizava os quadros temporais de quase todas as sociedades contemporâneas – começou a perder domínio, ou seja, o trabalho já não configuraria o eixo central dessa estruturação social.

Ya no es posible pretender considerar la reglamentación del tiempo social sólo desde el tiempo de trabajo o desde el punto de vista de la empresa y de la organización de la vida industrial asalariada; se debe definir desde perspectivas sociales que integren la formación permanente, la conciliación de la vida familiar y laboral, los tiempos de solidaridad y de colaboración social, el trabajo cívico y asociativo, la cohesión social a todas las edades, y un largo etcétera (Alonso, 2007, p. 91).

Neste nosso recorte, não temos a intenção de tomar a teoria dos tempos sociais como se fora uma proposição positivista, de refutação ou concordância, até porque, se reconhecemos que há diferentes nuances teóricas dos tempos sociais, uma ação dessa natureza pressuporia um trabalho muito mais aprofundado. Nosso intuito foi partir da contribuição de alguns teóricos, principalmente Roger Sue e Gilles Pronovost, que se dedicam ao estudo dos tempos sociais para viabilizar uma análise do discurso de trabalhadores sobre as mudanças operadas no mundo do trabalho a partir dos “novos” modos de estruturação do tempo laboral – contratos por tempo determinado, jornadas parciais, horários diferenciados, contratos por empreitada. É importante reconhecer que, se hoje evidenciamos uma disseminação dessas relações temporais, quando da sua emergência, tais modos de articulação “tempo x trabalho” constituíram formas pouco convencionais, ou seja, tinham uma natureza atípica.

distribuição do tempo entre as demais atividades sociais.

A denominação atípica, é importante que se diga, nasce relacionada a uma referência temporal produzida no âmbito da indústria. Esta constituiu-se, durante boa parte do século XX, como modelo quase hegemônico. A denominação “temporalidade atípica” será tratada no texto nos moldes como François Piotet (1986) denomina o “emprego atípico”, ou seja, em alusão às formas desviantes – quanto ao estatuto e ao modo de exercício, ante o modelo referente, o emprego salarial –, as quais podem constituir-se desde traços de empregos “pré-industriais” adaptados às formas evoluídas de uma sociedade que deveria ser “pós-industrial” até aquelas formas derivadas de inovações tecnológicas que constituem novidades do nosso tempo (Piotet, 1986). A temporalidade atípica é, assim, o reconhecimento de modos de organização do tempo que se desviam das formas tradicionais de contratos indefinidos, com jornadas claramente estabelecidas, horários predominantemente diurnos, com descansos e férias pré-determinados.

Atualmente, entretanto, essa estruturação temporal generaliza-se e expande-se como forma de organização do tempo de trabalho para um número cada vez maior de profissionais e de setores produtivos, daí a importância de estudos dedicados às repercussões dessa temporalidade, inicialmente atípica, sobre a organização social.

Para alguns teóricos do tempo social (Pronovost, 1996; Sue, 1995), o tempo de “não-trabalho” (e, conseqüentemente, as atividades aí desenvolvidas) estaria começando a dividir com o tempo de trabalho o relevo da organização dos quadros temporais. Isso pode remeter a duas reflexões: a) o trabalho estaria perdendo relevância na organização social, dividindo com outras atividades a responsabilidade de estruturar o tempo social e b) a complexificação da relação “tempo x trabalho”, que já não pode ser pensada nos moldes lineares, harmônicos e sincronizados, tal como se viveu no auge da sociedade industrial, mas que permanece como central na estruturação da temporalidade social.

Há uma transformação em processo, mas não nos parece prudente adiantar uma conclusão sobre um novo domínio sem ter clareza das referências que constituem esse tempo de “não-trabalho” ou liberado do trabalho, ou mesmo se sua existência é percebida pelos que a vivenciam. A escuta dos trabalhadores submetidos a um regime temporal distinto do que tradicionalmente foi vivenciado na sociedade industrial parece ser uma proposta relevante para dar início a uma análise sobre essa forma de organização do tempo de trabalho.

A definição do grupo investigado

A escolha pelo setor de turismo não foi tomada aleatoriamente. A opção deu-se em função de tal segmento emergir no cenário laboral dentro das transformações ocorridas na temporalidade do trabalho, fruto tanto das mudanças nas jornadas laborais, como também pela emergência das novas formas de vinculação pautadas em uma compreensão distinta de tempo.

O surgimento de alguns benefícios atrelados à noção de emprego, como os descansos remunerados e as férias, associados a um processo de heterogeneização (Antunes, 1998) gradativa do trabalho, que tem culminado na constituição de novas formas de inserção laboral pautadas em aspectos como jornadas parciais e contratações por tempo determinado, possibilitaram o estabelecimento de uma “indústria” do turismo, tendo como grande catalisador o tempo liberado do trabalho.

Reconhecendo que a relação entre o tempo e o trabalho foi um dos aspectos mais importantes na constituição de modelos teóricos que viabilizaram o surgimento de um campo de estudo denominado tempos sociais – e que resultou na atribuição da atividade laboral como elemento central e de *domínio* (Sue, 1995) ou *pivô* (Pronovost, 1996) na estruturação dos quadros temporais –, propusemo-nos investigar qual seria o impacto da alteração das medidas e

da reconfiguração do tempo e dos novos vínculos laborais na composição dos quadros temporais dos trabalhadores do turismo.

A tentativa de descrição e de compreensão dos efeitos da transformação da temporalidade laboral por meio da vivência daqueles que sofrem o impacto direto do câmbio da relação “tempo x trabalho” tem o propósito de vincular a epistemologia de um sujeito cognoscente e a epistemologia de um sujeito conhecido, tal como aponta Gialdino (2002).³

Dada a complexidade e a amplitude que o reconhecimento de uma explicação do fenômeno pressuporia, optamos por delimitá-lo a um caráter exploratório, tendo por objetivo reconhecer, a partir do discurso dos trabalhadores, os sinais mais nítidos do impacto na composição dos quadros temporais da transformação da relação “tempo x trabalho”. Tal reconhecimento serviria de referência a uma série de formulações que podem vir a constituir hipóteses concretas de avaliação dos efeitos das mudanças da temporalidade laboral e, por consequência, criar um cenário que viesse subsidiar, posteriormente, uma análise sobre a perda (ou não) do domínio do trabalho na estruturação da ordem social.

Ao optarmos pela verificação dessa transformação entre os trabalhadores da denominada “indústria do lazer” (de forma destacada os diretamente vinculados ao segmento de turismo), alguns pressupostos foram considerados. O primeiro, e talvez o mais relevante dentre eles, reside no paradoxo inerente ao setor: as atividades de lazer, em geral, e do turismo, de forma específica, representam a evidência de uma alteração nos parâmetros da temporalidade laboral, reconhecida na constatação de que é um setor que se estabelece e desenvolve-se a partir da liberação do tempo de trabalho estruturado na sociedade industrial, mas, ao mesmo tempo, embora constituindo uma “oposição” temporal, estrutura-se e adquire relevo na lógica capitalista quando se inscreve na perspectiva do consumo, passando a constituir-se em um importante setor econômico.

O setor de turismo, conquanto se desenvolva no âmbito do tempo de “não-trabalho”, toma, como referente para sua organização produtiva, os parâmetros da indústria tradicional, a mesma indústria responsável pela atribuição de centralidade do trabalho na ordem temporal e pelo estabelecimento do tempo residual para as demais atividades sociais.

Outro pressuposto que denota sua relevância é sua representatividade na configuração de novos modelos de jornadas laborais. Sua implantação e crescimento no âmbito de alguns contextos sociais levam à geração de empregos e horários que, por desenvolverem-se em momentos distintos do exercício laboral convencional, implicam a emergência da ideia de “dessincronização” das estruturas temporais tradicionais, o que, durante boa parte do século XX, sob a égide do taylorismo-fordismo e do modelo hegemonicamente industrial, seria um contra-senso.

A expansão da “indústria do turismo” torna-a uma das mais importantes fontes de geração de emprego e, conseqüentemente, território representativo na nova ordem de delineamento do mundo do trabalho, tal como revelam os *Indicadores chaves do mercado de trabalho*, publicado anualmente pela Organização Mundial do Trabalho – OIT (International Labour Organization, 2007).

Foi justamente com base nesse último pressuposto, que emergiu o interesse em investigar os profissionais que atuam no setor de lazer e turismo na cidade de Fortaleza. Desde a década de 1970, a atividade do turismo, em seu segmento do lazer,⁴ foi apresentada como

3 Vasilachis de Gialdino propõe a construção de uma metaepistemologia que articula e complementa a epistemologia do sujeito cognoscente à do sujeito conhecido. A primeira faz referência aos marcos teórico-metodológicos utilizados pelas ciências sociais para investigar os fenômenos sociais no contexto de uma referida sociedade. A autora ressalta, entre esses marcos, três paradigmas de referência: materialismo histórico, positivismo e interpretativo. A segunda reconhece as limitações dos paradigmas citados como formas de conhecer e, por isso, lança mão do reconhecimento do valor discursivo e da trajetória enunciada pelos próprios sujeitos conhecidos.

4 Os teóricos fazem algumas categorizações no âmbito do turismo: turismo de lazer, de negócios, religioso. Nossa ênfase, no

alternativa de desenvolvimento e de geração de empregos na capital cearense, uma vez que era reconhecido o grande potencial turístico da cidade. Vários programas de qualificação profissional (principalmente por meio do antigo Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT) ou de incentivos financeiros (mediante o Programa de Desenvolvimento do Turismo, PRODETUR), ambos no âmbito federal, denotavam, ainda que com pesadas críticas ao caráter dissociado das duas políticas – qualificação, por um lado, e investimento em empreendimentos turísticos, de outro –, o interesse em expandir, de forma profissional, o setor, que deveria constituir-se como alternativa viável a uma incipiente industrialização, comparada a outros centros urbanos, principalmente do Sul e do Sudeste brasileiros.

Originalmente, a pesquisa, de base qualitativa, desenvolveu-se entre 2002 e 2003. Foi realizada mediante entrevistas em profundidade com vinte e cinco sujeitos – treze da cidade de Fortaleza e doze da cidade espanhola de Granada. Para o presente texto, foi feito o recorte de análise apenas com os entrevistados brasileiros. O grupo era composto por cinco homens e oito mulheres com faixa etária compreendida entre 22 e 35 anos e que trabalhavam diretamente com atividades turísticas e de lazer (onze diretamente vinculados à atividade turística e dois não diretamente vinculados, mas trabalhando em bares de áreas tradicionalmente turísticas da cidade de Fortaleza). O critério básico de seleção para a composição do grupo foi o de estar vinculado ao setor analisado houvesse, pelo menos, um ano. A escolha dos entrevistados deu-se por intermédio da técnica “bola de neve”, em que os próprios entrevistados indicavam outros trabalhadores a serem investigados. Entre os entrevistados, constavam trabalhadores de hotéis, guias turísticos, promotores e animadores de eventos turísticos e funcionários de agências de viagens, além de pessoal vinculado a bares e restaurantes das áreas turísticas.

Para examinar os dados, lançou-se mão da técnica de análise do discurso, segundo a proposta de Alonso (1998).⁵ No ano de 2006, foi possível retomar o contato com alguns dos entrevistados, quando foi verificada a permanência, ou não, na atividade, bem como as percepções sobre a vivência de seu exercício (após alguns anos de experiência).

O trabalho empírico visou à análise da vivência dos trabalhadores mediante estudo das percepções e das descrições subjetivas da natureza e da especificidade do trabalho no setor de lazer, bem como à influência do tempo laboral na organização da temporalidade social. A pesquisa tinha um espectro amplo de análise, mas, como o foco do presente artigo reside no impacto de uma temporalidade específica sobre a estruturação dos quadros temporais, é sobre esse ponto que nos deteremos na análise que se segue.

A vivência dos trabalhadores ante a configuração laboral imposta pelas atividades no setor de lazer

O ponto de partida de todas as entrevistas foi a caracterização do setor de lazer e turismo. A partir de sua concepção, os discursos adquiriam matizes distintos.

Os relatos, de uma forma geral, apontaram para uma compreensão do setor sob um viés muito econômico. Há predominância, nos discursos, em caracterizá-lo como “*gerador de divisas*”

presente trabalho, dá-se no âmbito do lazer, uma vez que, tradicionalmente, a emergência de um setor econômico com essa denominação se deu nitidamente sob a ideia de uma atividade que se desenvolve em um horário distinto da atividade laboral.

5 “Mas bien lo que se trata de realizar es la reconstrucción del sentido de los discursos en su situación – micro y macrosocial – de enunciación. Antes que un análisis formalista, se trata en ese análisis sociohermenéutico – guiado por la fenomenología, la etnología y la teoría crítica de la sociedad – de encontrar un modelo de representación y de comprensión del texto concreto en su contexto social y en la historicidad de sus planteamientos, desde la reconstrucción de los intereses de los actores que están implicados en el discurso” (Alonso, 2001, p. 188).

e “gerador de emprego”⁶ (ainda que, nesse ponto, ressalte-se também o caráter social).

Como gerador de “empregos”, um aspecto destacado pelos entrevistados foi a diversificação de ocupações que a atividade de lazer proporciona, o que está profundamente respaldada nas ideias de heterogeneização, complexificação e diversificação laboral (Antunes, 1998; Castillo, 1998). Há uma ideia generalizada – difundida por meio de ações e políticas públicas seja no Brasil, seja em outros países – de que o turismo é um território potencialmente propício a incrementar o mercado de trabalho. Há entrevistados, no entanto, que consideram que, por ser uma atividade relativamente recente, o setor absorve trabalhadores com perfis bastante diferenciados e com uma qualificação pouco adequada.

Percebe-se, claramente, no discurso dos trabalhadores investigados, a reprodução de uma ideia largamente difundida na mídia, que ressalta a pouca preparação dos profissionais que atuam no setor. As consequências mais visíveis dessa percepção, segundo os entrevistados, são as baixas remunerações, tanto do nível mais operacional, como em boa parte dos cargos de gestão, além da proliferação de cursos profissionalizantes, técnicos e também de nível superior na área, mas sem a efetiva mudança na qualificação do trabalhador. Tal prática, inclusive, leva ao que denomina Alonso (2000) como o “fenômeno do *cursilismo*”, em uma alusão direta a uma prática comum de profissionais que pretendem entrar no mercado de trabalho (e não apenas no do turismo) que criam uma trajetória quase interminável de qualificações mediante variados cursos, sem a concretização da inserção esperada, ou seja, são profissionais da qualificação que não alcançam tornarem-se “profissionais qualificados”.

O aspecto mais destacado por parte dos próprios entrevistados quando da caracterização do setor foi o que fez alusão direta a uma “temporalidade atípica” (expressão literalmente utilizada por mais da metade dos entrevistados). O fato de ter sido apontado na totalidade das entrevistas já ressalta sua relevância. Está claro que, sob a noção de “temporalidade atípica”, podem gravitar diferentes conotações, mas, no caso dos entrevistados, o que mais se destaca é o que se refere à utilização de horários e períodos “pouco convencionais” – feriados, domingos, datas comemorativas – e à extrapolação da carga horária estabelecida nos contratos (quando há contratos). Nenhuma das duas referências pode ser vista como exclusiva do setor, mas, talvez, a segunda seja mais difundida entre outros profissionais, tais como gerentes e executivos de grandes organizações e autônomos de forma geral. Há, também, claras referências a dois outros aspectos que se inserem em uma perspectiva nítida de alteração da relação “tempo x trabalho”, qual seja, a difusão dos contratos temporais e o caráter provisório da inserção no setor de turismo.

Com relação ao primeiro, em função de uma forte sazonalidade presente na atividade turística, a maior parte dos contratos tem duração limitada e, por esse motivo, o recurso da terceirização, ou mesmo da subcontratação, tem sido muito utilizado no setor, o que denota a faceta da precarização laboral. Essa constatação é interessante, pois aponta para uma caracterização distinta do trabalho industrial, que vem sofrendo uma trajetória de precarização de forma processual, enquanto que o trabalho em algumas atividades do turismo já emergiu em um contexto de precariedade laboral.

Com relação ao caráter provisório de inserção, denota-se que, em função da própria característica de algumas atividades do setor – flexibilidade e sazonalidade –, a vinculação é vista como uma estratégia de ingresso primário no mercado de trabalho, mas que não há uma intenção clara de permanência nele. O caráter instrumental da atividade acaba sobressaindo-se, uma vez que, pelo modo como está estruturada, ela permite uma forma de retribuição que não compromete atividades tomadas como mais relevantes na vida desses sujeitos (o trabalho

6 A manutenção da denominação de “emprego” deve-se ao respeito dado ao discurso dos entrevistados, ainda que, do nosso ponto de vista, não se possa garantir que as possibilidades de trabalho e ocupação gerados no setor de turismo sejam enquadradas em uma relação tradicional de contratos e vínculos bem definidos, estando, na realidade, permeado de atividades assalariadas, em geral, e autônomas, em muitos casos.

pode ser compaginado com a formação universitária, por exemplo, até porque a maior demanda por trabalhadores dá-se no período de férias escolares).

Ainda que tais variações sejam denotadas, é necessário aprofundar um pouco mais a vivência desses trabalhadores ante o que eles denominam temporalidade atípica. Sobre esse ponto, discorreremos a seguir.

“Eu tenho hora pra entrar, mas não tenho hora para sair!”: aspectos relativos à temporalidade do setor de turismo

A organização da temporalidade é uma das características de identificação do setor formulada pelos próprios profissionais do turismo, como foi explicitado anteriormente. Para sermos mais precisos, ela foi definida pelos entrevistados como uma jornada laboral que se diferencia do padrão nascido e estabelecido dentro do modelo salarial na sociedade industrial, marcado por uma jornada estável, com horas de trabalho e descanso nitidamente diferenciados.

Apesar dessa explicação anterior, a jornada atípica deve ser compreendida mais além da distribuição das horas de trabalho ao longo de uma determinada unidade de tempo – dia, semana, mês ou ano. Como já aludimos de forma muito breve anteriormente, o estabelecimento de diferentes formas de inserção laboral, pautadas nas novas formas de conceber os contratos de trabalho – contratos por tempo determinado, contratos por tempo parcial, ritmos intensivos e jornadas dobradas –, tomam por base a transformação da temporalidade como elemento central do estabelecimento dos vínculos de trabalho, constituindo-se, assim, variantes da temporalidade atípica, mas que já não se restringem à especificidade do setor de turismo e disseminam-se em diversos setores da área de serviços, até na indústria, submetidos aos princípios do *just-in-time* e do *downsize*⁷, promovendo práticas de flexibilização dos quadros de trabalhadores, que acabam por lançar mão dos mesmos modelos de inserção de temporalidade atípica.

Com a ampliação da compreensão das transformações da temporalidade, decidimos analisar a temporalidade atípica a partir de dois eixos. O primeiro deles faz referência a uma relação direta ao tempo como categoria objetiva e mecânica. Como afirma Gasparini (1996), essa compreensão é mais evidente porque implica a perspectiva do tempo como uma duração externa e, portanto, mais imediatamente perceptível. O segundo eixo tende a associar-se a uma transformação típica dos vínculos laborais e sua relação com o tempo tende a ser menos perceptível por estar ancorada, sobretudo, em uma mudança dos padrões de contabilização da relação temporal ou mesmo por ser mais estendida na dimensão linear do tempo.

A percepção da extensão das jornadas

A ideia de um horário pouco definido parece formar o imaginário dos trabalhadores do setor. A imprecisão dos horários de trabalho aparece de distintas formas, mas duas se destacam. A primeira delas é a percepção do setor como “prestação” de serviços, quase sempre direto ao cliente, que faz deste, dentro de alguns limites, o verdadeiro responsável pela dimensão das suas jornadas. A segunda delas é o que caracteriza a própria atividade, tal como abordamos anteriormente, ou seja, são “trabalhos” desenvolvidos em uma dimensão de tempo fora dos

⁷ *Downsize*: “redução na força de trabalho de uma organização, resultante de reestruturação sistemática, para tornar os processos de negócio mais eficientes e reduzir custos, geralmente associada a reengenharia e novas tecnologias. A prática do *downsizing* leva à insegurança dentro das organizações e ao aumento do desemprego nas sociedades”. *Just-in-time*: “sistema de gerenciamento de suprimentos que evita a formação de estoques, demandando os insumos à medida que são necessários. Para isso é necessário que a cadeia de suprimentos seja coordenada com perfeição e que a qualidade seja impecável” (Glossário de Administração: <http://www.geocities.com/durvalcastro/alfabetico.htm>).

limites da atividade laboral “convencional” e, portanto, menos submetida ao determinismo e ao rigor da temporalidade do modelo industrial. Curiosamente, sob a ausência desse rigor, e até ante o mecanicismo do controle das jornadas, é que se encontram explicações para indefinição das horas de trabalho no âmbito do turismo.

É importante introduzir uma ideia, trabalhada em outros textos (Aquino, 2007), que faz referência a uma perspectiva construída ao longo do século XX. As atividades de lazer, de modo geral, eram concebidas como atividades a serem desenvolvidas nos tempos residuais do tempo dedicado ao trabalho, ou seja, estavam condicionadas pela temporalidade laboral e, apesar de estarem submetidas a essa forma de organização do tempo, tentavam constituir-se como uma temporalidade vivida de maneira distinta.

A ideia trazida pelos entrevistados, que é apresentada como uma “*dedicação sem limite*”, aparece de forma mais destacada quando se trata do trabalhador autônomo ou proprietário da empresa/negócio no setor de turismo, principalmente se são pequenas empresas, em que a figura do empreendedor confunde-se com a do empregado e na qual as relações são muito menos formalizadas.

Em alguns dos relatos, o caráter atípico estava destacado em uma referência aos horários/períodos pouco convencionais, antes mesmo que a quantidade extensa de horas dedicadas ao exercício laboral. Esse é um dado importante, pois reflete uma concepção de que um horário “normalizado” foi profundamente demarcado e difundido a partir do modelo industrial.

Ainda com relação à identificação da temporalidade atípica, é importante reconhecer nos relatos, principalmente entre os entrevistados que têm cargo de gestão, que há uma valorização positiva dos trabalhadores que “incorporam” sem crítica tal modelo temporal. Curiosamente, identifica-se, assim, o paradoxo comum do modelo industrial no seu processo de desregulamentação laboral (típico das pequenas empresas subcontratadas ou terceirizadas que prestam serviços às grandes empresas), pois buscam e valorizam os trabalhadores que não reagem à característica desse modelo temporal, julgado, por eles mesmos, abusivo. O abuso é explicitado em seus discursos quando ressaltam que a “*submissão à demanda*” faz com que, em alguns períodos, o controle sobre o tempo de trabalho praticamente não exista e que deixam de ter “*tempo para si*”.

A referência a essa organização de tempo que impera no setor não é concebida como exclusivamente negativa. Em muitos dos relatos, o tempo de trabalho vivido no setor de lazer é apontado como uma alternativa viável ante um vínculo laboral e uma compaginação com outras atividades sociais, o que poderia ser um indicativo claro de que tais atividades rivalizam com o trabalho na definição dos quadros temporais desses sujeitos. Isso denota dois aspectos bem interessantes: a) a organização da temporalidade laboral no setor ainda figura em um âmbito marginal ante a temporalidade introjetada da sociedade industrial; b) esta última ainda exerce forte papel estruturante sobre a organização de outros tempos sociais, principalmente ao que, frequentemente, aludem com relação ao tempo da formação/educação.

O caráter provisório da inserção na área de turismo, principalmente entre os trabalhadores mais jovens, ressalta uma característica fundamental na relação subjetiva com o tempo, ou seja, para alguns entrevistados a busca por trabalhos na área de turismo tem uma relação muito mais direta com a oportunidade e a viabilidade da organização temporal do setor do que com a própria atividade que aí se desenvolve.

O fundamental dessa compreensão é que o tempo de trabalho no turismo, associado ao próprio imaginário da atividade prazerosa, viabiliza vínculos laborais que são tomados como mais interessantes e, portanto, tornam-se um fator de atração que supera, inclusive, uma possível identificação subjetiva com a atividade. A racionalidade instrumental parece, para os trabalhadores que assim se posicionam, superar a racionalidade substantiva (Ramos, 1989), ou

seja, não se pode falar de forma segura sobre uma identificação com o conteúdo da atividade, mas com o que esta viabiliza em termos de ganhos secundários.

Curiosamente, um dos fatores tomados como justificativa para inserção no setor de turismo no âmbito laboral é o da “*ilusão*” (considerada pela quase totalidade das entrevistas) de dominar seu tempo de trabalho, o que criaria a condição de uma verdadeira escolha, por cada sujeito, do controle do uso do tempo. A possibilidade de escolher o tempo de trabalho estaria presente na idealização da flexibilidade temporal e tornar-se-ia a condição fundamental do modelo proposto pelos teóricos do movimento *Echange et projets*⁸ (Echange et projets, 1980). Essa idealização, porém, é desmascarada e denotada no que é relatado pelos trabalhadores, uma vez que o tempo das atividades (e até do próprio usuário) prevalece sobre o tempo do trabalhador.

Fica claro, a partir dos relatos, que o tempo da atividade de turismo implica a superação do determinismo e da linearidade típicos da temporalidade que vigorou como modelo quase hegemônico na sociedade industrial, mas, em nenhum momento, viabilizou a liberdade e a autonomia do trabalhador, antes o tornou refém de uma instabilidade e associou-se ao lado mais negativo da flexibilização temporal (Luque, 2006), reforçando a precarização que parece ser emblemática do setor em foco.

Fica claro para o trabalhador que uma das forças descritas na maior parte das entrevistas como atrativas do setor, a saber, trabalhar com uma atividade ligada ao lúdico e a um controle do tempo, não se configura como uma realidade. Há uma distância significativa entre o trabalho com o lazer e o usufruto deste. Essa diferença, na óptica do trabalhador, em sua análise da organização temporal, parece ser irreconciliável.

As diferentes (novas) formas de inserção laboral pautadas pela temporalidade

Tempo e trabalho não são categorias estáticas, o que faz com que as mudanças que operam em ambas terminem por conduzir a um novo modelo de temporalidade social.

Se as jornadas tendem a revelar um aspecto temporal mais evidente, os efeitos das transformações dos vínculos laborais, demarcados, principalmente, pela alteração da estabilidade laboral, tendem a ser menos associados a uma transformação da temporalidade. Assim, o surgimento e a expansão da inserção laboral por meio da prática dos contratos de trabalho por tempo determinado adquirem um caráter menos perceptível dessa alteração da relação “tempo x trabalho”. Não obstante, é sobre uma definição prévia de duração da prestação de serviço que está baseado essa forma de vínculo. Essa premissa rompe uma tradição prevalente na sociedade salarial de um “emprego por toda vida”, no qual a estabilidade era, antes de tudo, uma garantia de segurança e uma prerrogativa para um planejamento de vida a longo prazo.

A parcialidade ou os contratos por tempo parcial, apesar de mais evidentes e já tratados de forma rápida anteriormente, voltam a ser abordados aqui não mais como referência à quantidade de horas trabalhadas, mas como um modelo cada vez mais difundido – na perspectiva de natureza jurídica – e que, associados aos contratos de tempo determinado, engrossam as discussões sobre o reparte do trabalho (Calavia & Santos, 1998).

Essa mudança da estabilidade para instabilidade nos contratos, além da parcialidade, é frequentemente abordada pelos trabalhadores, que, mesmo sem vivenciá-la diretamente, a veem como um espectro da tendência do setor de turismo. Tal prática pode chegar ao extremo,

⁸ O grupo “Echange et projets”, composto por filósofos, sociólogos, cientistas políticos, dentre outros, publicou, no ano de 1980, o livro *La révolution du temps choisi*, prefaciado por Jacques Delors, em que se discutia desde a redução da jornada laboral – o gérmen das 35 horas semanais francesas – até a utopia de escolher o tempo e o momento que seriam dedicados à atividade laboral. Eram propostas de melhoria da qualidade de vida e de divisão de um trabalho que, sob a lógica industrial, começava a escassear.

nos níveis operacionais, da prestação de serviços na forma de empreitadas, sem contratos formais. Mais de um relato aponta para essa realidade.

A prática dos contratos temporais parece inclusive constituir-se como mecanismo de pressão por parte dos empresários do setor, uma vez que a demonstração de uma “total disponibilidade” é considerada como forte critério para reiterada renovação dos contratos por tempo determinado.

Os contratos temporais, ou o extremo da ausência de contratos, segundo os relatos, tendem a vulnerar a relação do trabalhador com a empresa, e isso se reflete, principalmente, na submissão às “jornadas ilimitadas”. Muitos dos entrevistados ressaltam que não há uma retribuição fidedigna ao volume de horas trabalhadas, configurando-se apenas como pressuposto de avaliação para uma nova oportunidade de ser contratado. Isso desvela uma nova forma de retribuição: a garantia de renovação de contrato.

As evidências de uma temporalidade atípica, que é experimentada pelos trabalhadores do setor, não se restringem a estes dois aspectos: jornadas e contratos temporais e parciais. Há um terceiro aspecto que compõe uma referência à ideia de tempo e que se manifesta de forma reiterativa nos relatos dos entrevistados: o ritmo.

É importante destacar esse aspecto, que nasce de uma reflexão teórica e que adquire relevo no discurso dos trabalhadores. A noção de ritmo pode ser concebida como uma propriedade natural da matéria viva e da própria natureza, ou seja, é uma manifestação da própria vida. O ritmo pode ser tomado como uma característica intrínseca dos seres vivos como uma modulação com intervalos entre momentos distintos, ou seja, mediados por diferentes modulações e intensidades (Lasén, 2000).

Essa modulação rítmica, que foi profundamente alterada na modernidade e chegou a ser substituída pela ideia de medida, pode ser tomada como uma das características mais evidentes da sociedade industrial. O “reino do relógio” introduziu a perspectiva quantitativa e promoveu uma padronização da multiplicidade dos ritmos e tempos sociais. O modelo de trabalho que surge na sociedade industrial e passa a compor a referência para a constituição da temporalidade social (Pronovost, 1996; Sue, 1995) representa a disciplina da medida como substituta de diferentes disposições rítmicas, introduzindo as noções de determinismo, regularidade, pontualidade e homogeneidade temporal, atreladas ao modelo taylorista-fordista e que constituíram paradigma da organização social do tempo na era industrial.

O surgimento das jornadas de trabalho passa a ser um elemento fundamental para a organização do tempo social. As jornadas laborais no período industrial, no entanto, já não estavam definidas pelas atividades que deveriam ser executadas, mas por uma concepção abstrata de tempo. É a dimensão quantitativa das horas que passa a ser o referente dessa organização temporal. A ideia de ritmo, associada a uma modulação quase que exclusivamente natural que estava presente antes da revolução industrial, fica submetida à ideia de medida precisa e objetiva.

A compreensão do ritmo parece ser vivida pelos consumidores das atividades turísticas, mas não pelos trabalhadores. Para os que prestam serviços na área, o usufruto de um possível “modelo rítmico” por parte dos clientes pode implicar o aumento da intensidade das tarefas. A intensidade é uma das características mais evidentes do ritmo, mas não há uma identidade absoluta entre as duas categorias, ainda que para os entrevistados a parte seja tomada pelo todo.

Muitas das referências a “disponibilidade”, “polivalência”, aplicadas como perfis fundamentais para os trabalhadores, podem ser compreendidas no âmbito dessa demanda de intensificação das tarefas que executam os entrevistados.

Essa distinção parece ser um dos traços mais importantes dentro da perspectiva de uma nova concepção de tempo de trabalho que se manifesta no setor. Não se pode afirmar, de forma

categorizada, que o ritmo determinado pelas atividades chega a ser o que comanda a temporalidade. Não obstante, não se pode deixar de reconhecer que, diferentemente da atividade industrial tradicional – em que as máquinas e o processo produtivo convertem-se em produtores do tempo –, nas atividades de turismo, o tempo medido não reina de forma absoluta sobre o ritmo das atividades. Dentro desse setor, talvez se possa fazer alusão a um curioso paradoxo, pelo qual se tenta respeitar o ritmo do cliente, impondo uma intensificação do ritmo dos trabalhadores.

A ideia de um cumprimento rígido de horário não é manifestado nos discursos. Curiosamente, quando questionados sobre os próprios horários de trabalho, quase todos os entrevistados demonstraram uma grande imprecisão, ademais não foram poucos os que respondiam com uma pergunta que revelava a dúvida: “O horário que faço ou que deveria fazer?”.

Se a intensidade, como um componente do ritmo, é uma referência constante para os que estão, de alguma forma, vinculados às atividades relativamente regulares, há os que prescindem dela e encontram, na incerteza dos horários, outro dado relevante na compreensão do caráter atípico do setor. A incerteza – que é também um componente articulado com a intensidade, pois conduz a uma imprecisão das dimensões das jornadas – torna-se mais evidente quando aludida, principalmente, aos que trabalham como *turnant*⁹, já que para esse profissional o controle sobre o tempo é praticamente inexistente.

A organização dos quadros temporais dos trabalhadores do turismo

A noção de uma organização dos quadros temporais comandada pelo trabalho ao longo da sociedade industrial está diretamente associada à centralidade dessa atividade nas sociedades ocidentais. As duas últimas décadas, entretanto, têm revelado uma série de ideias que colocam em dúvida essa centralidade (Gorz, 1988; Meda, 1998; Rifkin, 1996). O rompimento de um modelo hegemônico de estruturação de temporalidade laboral é, muitas vezes, apontado como um sintoma claro desse declínio do domínio da atividade trabalho ante a ordem social (Sue, 1995).

Mesmo considerando o corte qualitativo da investigação e a especificidade do grupo analisado, parece importante considerar os discursos dos entrevistados como reveladores da complexificação da relação “tempo x trabalho”. Um dos aspectos mais relevantes denotados pelos trabalhadores do turismo foi uma certa “dessincronização” com as demais atividades sociais. As referências às relações familiares eram recorrentes quando se aludia à organização temporal cotidiana. Os entrevistados observaram a dificuldade de coordenar os horários domésticos, principalmente no que se refere aos horários escolares, entre aqueles que tinham filhos.

Outro dado bastante destacado é o que faz referência às experiências de lazer desses trabalhadores. Vários entrevistados destacaram a sensação de “*estranheza*” de ter que “*folgar numa segunda-feira*”. Curiosamente, quando questionados sobre o porquê dessa sensação, a resposta remetia ao fato de “*todos estarem normalmente trabalhando*”. Tal percepção denota, sem dúvida, um processo de introjeção do modelo industrial de organização do tempo, que, mesmo sem ter as características hegemônicas do auge da sociedade salarial, permanece como referente da estruturação temporal. Ainda com relação ao lazer e às relações sociais, muitos dos entrevistados ressaltaram a reconfiguração dos círculos de amizade, uma vez que, em função da

9 O *turnant* é um trabalhador que costuma cobrir as ausências ou descansos nas jornadas laborais, principalmente no âmbito da hotelaria. Em princípio, não há uma definição precisa da sua jornada e sua disponibilidade não reside em atuar no exercício das atividades específicas, mas em estar disponível quanto ao tempo para cobrir qualquer necessidade.

dificuldade de encontros com aqueles que não vivenciam o mesmo tempo de trabalho, há uma tendência a “juntar-se aos iguais”.

Ainda que de forma precária, a tentativa de solicitar dos entrevistados uma descrição da estruturação das suas jornadas diárias ou semanais revelava que toda e qualquer forma de organização pensada estava pautada em função de suas respectivas jornadas laborais. As atividades voltadas ao desenvolvimento pessoal e profissional, e as próprias atividades relacionadas aos aspectos mais íntimos e afetivos, estavam pensadas para serem experienciadas no tempo residual do trabalho.

Esse domínio da atividade laboral na organização dos demais tempos sociais podia ser percebido, ainda que em dimensões diferenciadas, entre os entrevistados que tomavam a inserção no setor como temporária e entre aqueles que a tomavam como definitiva. Essa diferença revelava um dado bastante interessante para uma análise mais qualitativa do vínculo – que, mesmo sem ser aprofundado, por não ser tema específico deste texto, merece ser destacado – porque ressalta um lado mais subjetivo da relação temporal. Os que estavam “buscando uma experiência de trabalho” revelavam que não tinham a intenção de “viver do turismo”; os que haviam optado de forma mais definitiva pelo setor mostravam uma grande preocupação com o futuro, pois reconheciam a “impossibilidade de vida longa na atividade”. Ambos os grupos destacavam a dificuldade de organizar qualquer outra atividade ante a instabilidade da demanda temporal do setor.

A forma de constituição dos quadros temporais, ainda que se mostre difusa e complexa, parece manter o tempo laboral como eixo articulador de sua estrutura. As consequências diretas dessa composição apontam para pautas que guardam pouca semelhança com o modelo industrial de tempo único, contínuo e coletivo. Isso gera diferentes formas de trabalho, proteção social marcadas por uma forte segmentação e fragmentação das identidades dos trabalhadores (Alonso, 2007).

A disseminação dessas formas de organização do tempo de trabalho se mostram como um terreno riquíssimo a ser pesquisado e demanda um empenho maior de uma diversidade de investigações que nos aproximem da realidade que vivem os trabalhadores ante essas mudanças.

Considerações finais

Os relatos, de uma maneira geral, destacam, em seus variados matizes, as características distintivas da temporalidade do setor. As jornadas ou vínculos atípicos, que constituem mais a regra que a exceção, levam-nos a tomar a experiência dos trabalhadores do setor de turismo como um paradigma de uma nova temporalidade que parece ser representativa de um modelo que tenta se impor, se não de forma ampla, pelo menos como uma referência significativa da nova temporalidade laboral. Estaríamos diante de uma nova fase da modernização capitalista, em que a ideia de tempo e espaço é posta em questão. A atividade laboral na forma de medida (duração) e vínculos demanda uma atenção especial.

De um modo geral, podemos afirmar que o tempo de trabalho apresenta uma tendência cambiante. Poderíamos, inclusive, falar de um modelo cada vez mais disperso e menos pontual. Tanto no setor de turismo analisado, como no setor industrial, a ideia de jornadas tradicionais, regulares e sincronizadas dá passo a uma temporalidade flexível e fracionada. O modelo de temporalidade laboral, construído sob o paradigma taylorista – encadeado, preciso, controlado e previsível – atendia as premissas de linearidade e equilíbrio, próprias da concepção de tempo que configurava o contexto no qual se desenvolveu. Hoje em dia, quando se alude a uma

revolução científica na própria noção do tempo (Prigogine, 1991), compreende-se que os novos paradigmas que se configuram são dissipação, “não-equilíbrio” e a possibilidade de múltiplas soluções temporais. Talvez a relação atual entre o tempo e o trabalho instale-se a partir desse novo paradigma e, com isso, admita uma grande variedade de referências laborais de tempo.

A multiplicidade de modelos de jornadas e de vínculos temporais insere-se em uma compreensão quantitativa de dominância do trabalho, mas, em nenhum momento altera a perspectiva qualitativa desse domínio. Em todos os relatos, há predominância do trabalho como organizador da temporalidade social. A vivência dos trabalhadores do setor de turismo aponta para uma tendência que se torna genérica, porém, a compreensão que daí emerge não nos permite afirmar nada com relação à perda de centralidade, mas a uma dissipação da experiência de dominância do tempo laboral. Seus quadros temporais, embora apontem para uma diversidade de formas de inserção do trabalho, não tiram dele a preponderância da organização da temporalidade social.

Referências

- Alonso, L. E. (1998). *La mirada cualitativa en sociología*. Madrid: Editorial Fundamentos.
- Alonso, L. E. (2000). *Trabajo y postmodernidad: el empleo débil*. Madrid: Editorial Fundamentos.
- Alonso, L. E. (2007). *La crisis de la ciudadanía laboral*. Barcelona: Anthropos Editorial.
- Antunes, R. (1998). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez
- Aquino, C. A. B. (2007). Transformações no modelo industrial, “novos” trabalho e nova temporalidade. *Psicologia & Sociedade*, 19 (número especial), 21-28.
- Calavia, M. A. G. & Santos, A. (1998). *El reparto del trabajo*. Madrid: Germania.
- Castillo, J. J. (1998). *A la búsqueda del trabajo perdido*. Madrid: Tecnos.
- Échage et Projets. (1980). *La révolution du temps choisi*. Paris: Albin Michel.
- Elias, N. (1997). *Sobre el tiempo*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- Gasparini, G. (1994). *La dimensione sociale del tempo*. Milano: Agneli.
- Gasparini, G. (1996). Tempo e trabalho no ocidente. In J.-F., Chanlat (Org.), *O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas* (vol. 3, pp. 111-126). São Paulo: Atlas.
- Gialdino, I. V. de (2002). Trabajo e identidad: reflexiones epistemológicas a partir de la investigación empírica. *Revista de Sociología del Trabajo*, 44, 3-39.
- Lasén, A. (2000). *A contratiempo: un estudio de las temporalidades juveniles*. Madrid: CIS.
- Luque, A.G. (2006). *Sociopsicología del trabajo*. Barcelona: Editorial UOC.
- International Labour Organization (2007). *Key indicators of the labour market*. Genebra: ILO.
- Prigogine, I. (1998). *El nacimiento del tiempo*. Barcelona: Gedisa.
- Pronovost, G. (1996). *Sociologie du temps*. Bruxelles: De Boeck.
- Ramos, A. G. (1989). *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV.
- Sue, R. (1995). *Temps et ordre social*. Paris: PUF.

Endereço para correspondência

ca.aquino@uol.com.br

Recebido em: 02/09/2008
Revisado em: 01/02/2009
Aprovado em: 07/07/2009